



# BV FINANCEIRA S.A. - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

CNPJ 01.149.953/0001-89

Avenida das Nações Unidas, nº 14.171, Torre A, 12º andar, Vila Gertrudes, São Paulo - (SP), Brasil, CEP 04794-000

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Aproveitando a base de clientes de Veículos, a BV busca alavancar as fontes de receitas de cartões de crédito, cuja carteira - composta por faturamento à vista, parcelado e crédito rotativo - cresceu 21,5% em relação a dezembro de 2018, e encerrou 2019 em R\$ 2,77 bilhões, com mais de 900 mil cartões ativos, sendo que 88% dos clientes de cartões já utilizam dos canais digitais da BV, principalmente o aplicativo "Meu Cartão BV", permitindo que consultem seus limites de crédito, acompanhem seus gastos, paguem suas faturas, dentre outras funcionalidades, trazendo comodidade e segurança aos clientes da BV. Além disso, a BV também avançou na estratégia de produtos de empréstimos e financiamentos, com crescimento nos últimos 12 meses nas carteiras de crédito pessoal, estudantil, solar e outros de +57,9%. Durante o ano de 2019 a BV avançou na agenda digital envolvendo a modernização das plataformas de relacionamento. O site da BV, principal canal de atendimento aos clientes, recebeu em média 1 milhão de visitas por mês à área logada. Para se ter ideia da relevância deste número, a quantidade de clientes que acessam esse canal por mês já é 3 vezes maior que o segundo canal mais acessado, que são nossos call centers. Essa evolução vem gerando redução de custos de atendimento, incremento da nossa eficiência operacional, e, principalmente, melhoria da experiência do cliente.

O aplicativo usado pelos parceiros da BV na formalização de propostas de financiamento de veículos alcançou a marca de 1,1 milhão de simulações por mês em 2019, e já está integrado às plataformas comerciais e disponível para 100% das, aproximadamente, 19 mil revendas multimarcas com as quais temos relacionamento. O processo de contratação já é 100% digital, desde a simulação de parcelas, passando pela biometria facial e chegando até a assinatura do contrato, garantindo melhor experiência para o nosso cliente. A BV registrou lucro líquido de R\$ 696,0 milhões em 2019, ante R\$ 635,1 milhões em 2018. Atendendo ao disposto no Artigo 8º da Circular no 3.068/01 do Bacen, a BV declara que não possui saldo de títulos classificados na categoria "títulos mantidos até o vencimento". A Administração da BV agradece aos acionistas, clientes e parceiros pela confiança depositada e aos colaboradores pelo contínuo empenho e dedicação.

São Paulo, 5 de março de 2020

A Diretoria

## BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota	31.12.2019	31.12.2018		Nota	31.12.2019	31.12.2018
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>		<b>22.591.480</b>	<b>20.365.958</b>	<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>		<b>25.846.853</b>	<b>22.208.310</b>
Disponibilidades	4	9.066	12.514	Depósitos	12a	20.084.443	15.735.931
<b>Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos</b>		<b>38.939</b>	<b>8.522</b>	Depósitos interfinanceiros			
Carteira própria	5a	21.038	1.275	<b>Relações Interfinanceiras</b>	13	<b>1.642.008</b>	<b>1.377.426</b>
Vinculados à prestação de garantias	5a	10.020	4.674	Relações e recebimentos a liquidar		1.642.008	1.377.426
Instrumentos financeiros derivativos	5d	7.881	2.573	<b>Relações Interdependências</b>			
<b>Relações Interfinanceiras</b>		<b>780</b>	<b>—</b>	Recursos em trânsito de terceiros		33	—
Pagamentos e recebimentos a liquidar		780	—	<b>Instrumentos Financeiros Derivativos</b>	5d	<b>45.713</b>	<b>11.123</b>
<b>Operações de Crédito</b>	6a	<b>19.469.960</b>	<b>17.442.657</b>	<b>Outras Obrigações</b>		<b>4.074.656</b>	<b>5.083.830</b>
Setor privado		19.033.748	15.834.204	Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		15.401	15.063
Operações de crédito vinculadas à cessão		2.173.003	3.062.060	Sociais e estatutárias		85.142	94.480
(Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa)		(1.736.791)	(1.453.607)	Fiscais e previdenciárias	14a	230.821	230.327
<b>Outros Créditos</b>		<b>2.972.263</b>	<b>2.817.357</b>	Negociação e intermediação de valores		15.242	4.735
Rendas a receber		109	84	Diversas	14b	3.728.050	4.739.225
Diversos	7	2.986.630	2.828.566	<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>19.462.186</b>	<b>18.781.284</b>
(Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa)	8	(14.476)	(11.293)	<b>EXIGÍVEL A LONGO PRAZO</b>		<b>19.380.071</b>	<b>18.780.712</b>
<b>Outros Valores e Bens</b>	8a	<b>100.472</b>	<b>84.909</b>	Depósitos	12a	<b>17.186.983</b>	<b>15.924.956</b>
Bens não de uso próprio e materiais em estoque		107.074	83.268	Depósitos interfinanceiros		17.186.983	15.924.956
(Provisão para desvalorizações)		(14.604)	(15.670)	<b>Instrumentos Financeiros Derivativos</b>	5d	<b>16.942</b>	<b>71.774</b>
Despesas antecipadas		8.002	17.311	<b>Outras Obrigações</b>		<b>2.176.146</b>	<b>2.783.982</b>
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>23.480.868</b>	<b>21.328.403</b>	Fiscais e previdenciárias	14a	2.090	2.063
<b>REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</b>		<b>23.389.829</b>	<b>21.228.871</b>	Negociação e intermediação de valores		888	1.882
<b>Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos</b>		<b>1.138.898</b>	<b>1.330.051</b>	Diversas	14b	2.173.168	2.780.037
Carteira própria	5a	847.604	1.057.290	<b>RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS</b>		<b>82.115</b>	<b>572</b>
Vinculados à prestação de garantias	5a	291.294	272.073	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>765.309</b>	<b>704.768</b>
Instrumentos financeiros derivativos	5d	—	688	<b>Capital</b>	17a	<b>500.403</b>	<b>500.403</b>
<b>Operações de Crédito</b>	6a	<b>20.048.736</b>	<b>17.333.920</b>	De domiciliados no País		500.403	500.403
Setor privado		19.499.455	16.089.961	<b>Reservas de Lucros</b>		<b>217.169</b>	<b>161.460</b>
Operações de crédito vinculadas à cessão		1.723.284	2.147.774	<b>Ajustes de Avaliação Patrimonial</b>	17d	<b>45.737</b>	<b>42.905</b>
(Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa)		(1.174.003)	(903.815)				
<b>Outros Créditos</b>		<b>2.202.145</b>	<b>2.564.900</b>				
Diversos	7	2.216.913	2.576.421				
(Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa)	8	(14.768)	(11.521)				
<b>Outros Valores e Bens</b>	8a	<b>50</b>	<b>—</b>				
Despesas antecipadas		50	—				
<b>PERMANENTE</b>		<b>91.039</b>	<b>99.532</b>				
<b>Investimentos</b>	9	<b>—</b>	<b>20.084</b>				
Outros investimentos		47.994	54.274				
(Imparidade acumulada)		(47.994)	(34.190)				
<b>Imobilizado de Uso</b>	10	<b>26.128</b>	<b>34.719</b>				
Outras imobilizações de uso		123.260	122.496				
(Depreciação acumulada)		(97.132)	(87.777)				
<b>Intangível</b>	11a	<b>64.911</b>	<b>44.729</b>				
Ativos intangíveis		164.801	117.829				
(Amortização acumulada)		(94.651)	(71.914)				
(Imparidade acumulada)		(5.239)	(1.186)				
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>46.072.348</b>	<b>41.694.362</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b>46.072.348</b>	<b>41.694.362</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

## DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota	Capital social realizado	Reservas de lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
		500.403	81.001	26.791	—	608.195
17e		—	—	(52)	52	—
17e		—	—	16.166	—	16.166
		—	—	—	635.126	635.126
		—	19.078	—	(19.078)	—
		—	—	—	(92.525)	(92.525)
		—	—	—	(400.694)	(400.694)
		—	—	—	(61.500)	(61.500)
		—	—	—	(61.381)	(61.381)
		500.403	100.079	61.381	42.905	704.768
		—	19.078	61.381	16.114	96.573
		500.403	100.079	—	47.414	50.068
17d		—	—	(1.677)	—	(1.677)
		—	—	—	280.650	280.650
17c		—	—	—	(196.328)	(196.328)
17c		—	—	—	(17.300)	(17.300)
		500.403	100.079	117.090	—	763.309
		—	—	117.090	(1.677)	(50.068)
		500.403	100.079	61.381	42.905	704.768
17d		—	—	—	2.832	—
		—	—	(61.381)	—	(61.381)
		—	—	—	696.010	696.010
17c		—	—	—	(545.292)	(545.292)
17c		—	—	—	(33.628)	(33.628)
		500.403	100.079	117.090	—	763.309
		—	—	55.709	2.832	58.541

O Lucro por Ação está divulgado na Demonstração do Resultado. As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

## DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota	2º Semestre/ 2019	Exercício/ 2019	Exercício/ 2018
<b>Receitas</b>		<b>3.118.456</b>	<b>6.368.804</b>	<b>6.379.952</b>
Receitas de intermediação financeira		4.397.576	8.591.441	7.933.246
Receitas de prestação de serviços e tarifas bancárias	15a/15b	535.725	1.033.617	1.003.261
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	6f	(1.324.650)	(2.395.610)	(1.799.130)
Outras receitas/despesas	15e/15f/16	(490.195)	(860.644)	(757.425)
<b>Despesas da Intermediação Financeira (1)</b>		<b>(1.372.448)</b>	<b>(2.825.158)</b>	<b>(2.912.854)</b>
<b>Insuamos Adquiridos de Terceiros</b>		<b>(586.200)</b>	<b>(1.072.087)</b>	<b>(953.182)</b>
Materiais, água, energia e gás	15d	(2.417)	(5.590)	(6.710)
Serviços de terceiros	15d	(4.261)	(8.360)	(13.530)
Comunicações	15d	(23.573)	(47.795)	(60.991)
Processamento de dados	15d	(103.566)	(179.937)	(170.511)
Transportes	15d	(4.814)	(10.916)	(13.310)
Serviços de vigilância e segurança	15d	(607)	(1.020)	(787)
Serviços técnicos especializados	15d	(220.183)	(420.082)	(375.918)
Serviços do sistema financeiro	15d	(57.034)	(102.934)	(83.788)
Propaganda e publicidade	15d	(31.657)	(45.933)	(42.959)
Emolumentos judiciais e cartorários	15d	(45.974)	(83.324)	(77.554)
Outras	15d	(92.114)	(167.095)	(107.124)
<b>Valor Adicionado Bruto</b>		<b>1.159.808</b>	<b>2.471.559</b>	<b>2.513.916</b>
Despesas de amortização/depreciação	15d	(16.599)	(33.704)	(31.824)
<b>Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade</b>		<b>1.143.209</b>	<b>2.437.855</b>	<b>2.482.092</b>
<b>Valor Adicionado a Distribuir</b>		<b>1.143.209</b>	<b>2.437.855</b>	<b>2.482.092</b>
<b>Valor Adicionado Distribuído</b>		<b>441.586</b>	<b>830.898</b>	<b>764.261</b>
<b>Pessoal</b>		<b>335.213</b>	<b>605.381</b>	<b>538.616</b>
Salários, honorários e demandas trabalhistas		33.284	82.249	99.783
Participação de empregados e administradores nos Lucros e Resultados		57.966	107.640	95.108
Benefícios, treinamentos e previdência privada complementar	15c	15.123	35.628	30.754
FGTS		—	—	—
<b>Impostos, Taxas e Contribuições</b>		<b>402.819</b>	<b>874.408</b>	<b>1.046.202</b>
Federais		378.154	826.906	1.000.874
Estaduais		49	189	282
Municipais		24.616	47.313	45.046
<b>Remuneração de Capitais de Terceiros</b>		<b>18.154</b>	<b>36.539</b>	<b>36.503</b>
Aluguéis	15d	18.154	36.539	36.503
<b>Remuneração de Capitais Próprios</b>		<b>280.650</b>	<b>696.010</b>	<b>635.126</b>
Lucro retido		67.022	117.090	141.907
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio		213.628	578.920	493.219

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

1. **A BV FINANCEIRA E SUAS OPERAÇÕES**  
A BV Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento ("Companhia") é uma companhia de capital fechado e sua matriz está localizada na Avenida das Nações Unidas, nº 14.171, na cidade de São Paulo - SP, Brasil, operando na forma de Financeira, principalmente, na realização de operações de financiamento de veículos, créditos consignados e administração de cartões de crédito.  
As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que compõem o Conglomerado Econômico-Financeiro Votorantim ("Conglomerado") e atuam integralmente, inclusive em relação ao gerenciamento de riscos, e certas operações tem a participação ou a intermediação de instituições associadas, integrantes do sistema financeiro. Os benefícios dos serviços prestados entre essas instituições e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos segundo a praticabilidade e a razoabilidade de lhes serem atribuídos em conjunto ou individualmente.  
2. **APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**  
As demonstrações contábeis foram elaboradas com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, incluindo as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007, e pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, em consonância, quando aplicável, com os normativos do Banco Central do Brasil (BACEN) e do Conselho Monetário Nacional (CMN), subsidiadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF).  
A elaboração de demonstrações de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras, requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis, quando for o caso. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e emissões incluem: o valor residual do permanente (imobilizado de uso e intangível), provisão para créditos de liquidação duvidosa, reconhecimento de ativos fiscais diferidos, provisão para demandas trabalhistas, fiscais e cíveis, mensuração de valor justo de instrumentos financeiros, avaliação de aplicação em fundos de investimentos em participação e outras provisões. Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua liquidação.  
Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e suas interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras quando aprovadas pelo CMN.  
Nesse sentido, os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo CMN e aplicáveis a estas demonstrações contábeis são:  
Resolução nº 3.566/2008 - Redução ao valor recuperável de ativos - CPC 01 (R1).  
Resolução nº 3.004/2008 - Demonstração dos fluxos de caixa - CPC 03 (R2).  
Resolução nº 3.823/2009 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes - CPC 25.  
Resolução nº 3.973/2011 - Eventos subsequentes - CPC 24.  
Resolução nº 3.989/2011 - Pagamento baseado em ações - CPC 10 (R1).  
Resolução nº 4.007/2011 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro - CPC 23.  
Resolução nº 4.144/2012 - Pronunciamento Conceitual Básico - CPC 00 (R1).  
Resolução nº 4.424/2015 - Benefícios a empregados - CPC 33 (R1).  
Resolução nº 4.636/2018 - Divulgação sobre partes relacionadas - CPC 05 (R1).  
A Companhia aplicou, ainda, os seguintes pronunciamentos que não são conflitantes com as normas do BACEN, conforme determina o artigo 22, § 2º, da Lei nº 6.385/1976: CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado (DVA) e CPC 12 - Ajuste a Valor Presente.  
**Recebimentos do CMN que incorporaram através de norma proprietária elementos dos pronunciamentos emitidos pelo CPC e aplicáveis às Demonstrações Contábeis:**

Resolução nº 4.524/2016 - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis - CPC 02 (R2).  
Resolução nº 4.534/2016 - Ativo intangível - CPC 04 (R1).  
Resolução nº 4.535/2016 - Ativo imobilizado - CPC 27.  
A emissão das Demonstrações Contábeis foi autorizada pela Administração em 05 de março de 2020.  
3. **RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS**  
As políticas contábeis são aplicadas de forma consistente em todos os períodos apresentados e de maneira uniforme.  
a) **Aparação do resultado**  
Em conformidade com o regime de competência, as receitas e as despesas são reconhecidas na apuração do resultado do período a que pertencem e, quando se correlacionam, de forma simultânea, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações formalizadas com encargos financeiros pós-fixados são atualizadas pelo critério *pro rata die*, com base na variação dos respectivos indexadores pactuados, e as operações com encargos financeiros pré-fixados estão registradas pelo valor de resgate, retificado por conta de rendas a apropriar ou despesas a apropriar correspondentes ao período futuro. As operações indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço pelo critério de taxas correntes.  
b) **Moeda funcional e de apresentação**  
A moeda de apresentação é a moeda funcional, que é a moeda do ambiente econômico principal no qual uma entidade opera, é o Real para todas as entidades do Conglomerado.  
c) **Mensuração a valor presente**  
Os ativos e passivos financeiros estão apresentados a valor presente em função da aplicação do regime de competência no reconhecimento das respectivas receitas e despesas de juros.  
Os passivos não contratuais, representados essencialmente por provisões para demandas judiciais e obrigações legais, cuja data de desembolso é incerta e não está sob o controle da Companhia, estão mensurados a valor presente uma vez que são reconhecidos inicialmente pelo valor de desembolso estimado na data da avaliação e são atualizados mensalmente.  
d) **Caixa e equivalentes de caixa**  
Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações em operações compromissadas - posição bancada, aplicações em depósitos interfinanceiros e aplicações em moedas estrangeiras, com alta liquidez e risco insignificante de mudança de valor, cujo vencimento das operações, na data efetiva da aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias.  
e) **Aplicações interfinanceiras de liquidez**  
As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e ajustadas por provisão para perdas, quando aplicável.  
f) **Títulos e valores mobiliários - TVM**  
Os títulos e valores mobiliários adquiridos para formação de carteira própria são registrados pelo valor efetivamente pago reduzido da provisão para perda, quando julgado necessário e classificados em função da intenção da Administração em três categorias distintas, conforme regulamentação vigente:  
**Títulos para negociação:** Títulos adquiridos com o propósito de serem ativas e frequentemente negociadas. São ajustados pelo seu valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;  
**Títulos disponíveis para venda:** Títulos que poderão ser negociados a qualquer tempo, porém não são adquiridos com o propósito de serem ativas e frequentemente negociadas. São ajustados pelo seu

O aplicativo usado pelos parceiros da BV na formalização de propostas de financiamento de veículos alcançou a marca de 1,1 milhão de simulações por mês em 2019, e já está integrado às plataformas comerciais e disponível para 100% das, aproximadamente, 19 mil revendas multimarcas com as quais temos relacionamento. O processo de contratação já é 100% digital, desde a simulação de parcelas, passando pela biometria facial e chegando até a assinatura do contrato, garantindo melhor experiência para o nosso cliente. A BV registrou lucro líquido de R\$ 696,0 milhões em 2019, ante R\$ 635,1 milhões em 2018. Atendendo ao disposto no Artigo 8º da Circular no 3.068/01 do Bacen, a BV declara que não possui saldo de títulos classificados na categoria "títulos mantidos até o vencimento". A Administração da BV agradece aos acionistas, clientes e parceiros pela confiança depositada e aos colaboradores pelo contínuo empenho e dedicação.

São Paulo, 5 de março de 2020

A Diretoria

## DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

	Nota	2º Semestre/ 2019	Exercício/ 2019	Exercício/ 2018
<b>RECEITAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA</b>		<b>4.397.576</b>	<b>8.591.</b>	

# BV FINANCEIRA S.A. - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

CNPJ 01.149.953/0001-89

Avenida das Nações Unidas, nº 14.171, Torre A, 12º andar, Vila Gertrudes, São Paulo - (SP), Brasil, CEP 04794-000

continuação

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

atende aos requisitos mínimos estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/1999 (Nota Explicativa nº 6e). As operações de crédito, que são objetos de *hedge* de risco de mercado, são avaliadas pelo seu valor de mercado utilizando critério consistente e verificável. Os ajustes de avaliação a valor de mercado dessas operações são registrados em operações de crédito, em contrapartida de Resultado com instrumentos financeiros derivativos. Os ativos financeiros cedidos consideram o grau de transferência dos riscos e benefícios dos ativos transferidos para uma outra Companhia: Quando são transferidos ativos financeiros para uma outra Companhia, mas não há transferência substancial dos riscos e benefícios relacionados aos ativos transferidos, os ativos permanecem reconhecidos no Balanço da Companhia. As receitas e despesas decorrentes dessas operações são reconhecidas de forma segregada ao resultado do período pelo prazo remanescente dessas operações; e Quando são transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios relacionados aos ativos transferidos para uma Companhia, os ativos são baixados do Balanço da Companhia.

### Outros valores e bens

Registram-se como bens não de uso próprio da instituição os bens adjudicados, recebidos em dação em pagamento ou por qualquer outra forma recepcionados para a liquidação ou amortização de dívidas, tomando-se por base os seguintes critérios de reconhecimento desses ativos:

- O valor dos bens é registrado considerando os seguintes critérios:
  - Bens com valor superior a R\$ 51.100,00: são registrados pelo valor obtido através de laudo técnico de empresa terceirizada e não ligada ao Conglomerado;
  - Bens com valor entre R\$ 25.550,00 e R\$ 51.100,00: são registrados pelo valor obtido através de laudo técnico; e
  - Bens com valor inferior a R\$ 25.550,00: são registrados pelo saldo médio obtido nas vendas dos últimos 6 meses, levando em consideração as características do bem.

Adicionalmente, no caso de recuperação de créditos mediante dação de bens em pagamento, são observados os seguintes procedimentos:
 

- Quando a avaliação dos bens for superior ao valor contábil dos créditos, o valor registrado é igual ao montante do crédito, uma vez que não é permitida a contabilização do diferencial como receita; e
- Quando a avaliação dos bens for inferior ao valor contábil dos créditos, o valor registrado limita-se ao montante da avaliação dos bens.

A Companhia avalia periodicamente, se há alguma indicação de que esses bens possam ter sofrido desvalorização. Se houver alguma indicação, a entidade estima o seu valor recuperável. Se o valor recuperável for inferior que o seu valor contábil, o ativo é reduzido ao seu valor recuperável por meio de uma provisão para perda por imparidade, que é reconhecida na Demonstração do Resultado em "Despesas não operacionais".

### Despesas antecipadas

São contabilizadas as aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros. As despesas antecipadas são registradas ao custo e amortizadas à medida que forem sendo realizadas.

A partir de 02 de janeiro de 2015, em observação aos requerimentos da Resolução CMN nº 4.294/2013, e em consonância com a faculdade prevista na Circular BACEN nº 3.738/2014, dois terços da remuneração referente à originação, ocorrida em 2015, de operações de crédito e de arrendamento mercantil encaminhadas por correspondentes passaram a ser registrados no ativo, sendo a parcela restante reconhecida como despesa do período no momento da originação.

A partir de 1º de janeiro de 2016, a parcela registrada no ativo foi reduzida para um terço da remuneração das operações originadas em 2016. No primeiro semestre de 2019, foi concluída a amortização dos valores registrados no ativo com base na faculdade prevista na Circular BACEN nº 3.738/2014. As operações geradas desde 1º de janeiro de 2017 têm a remuneração reconhecida integralmente como despesa.

### Ativo permanente

Investimentos: os investimentos permanentes são avaliados ao custo de aquisição, deduzidos de provisão para perda por desvalorização (imparidade), quando aplicável.

**Imobilizado de Uso:** o ativo imobilizado é avaliado pelo custo de aquisição, deduzido da respectiva conta de depreciação, cujo valor é calculado pelo prazo de vida útil do bem pelo método linear. Decorrente dessa prática, as seguintes taxas anuais de depreciação são utilizadas: veículos - 20%, sistemas de processamento de dados - 20% e demais itens - 10% (Nota Explicativa nº 10). O valor residual desses ativos é revisado anualmente ou quando há alterações significativas nas premissas utilizadas.

**Intangível:** o ativo intangível corresponde aos direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Companhia ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis possuem vida útil definida e referem-se basicamente a *softwares* e licenças de uso (Nota Explicativa nº 11). A amortização é efetuada pelo método linear com base no prazo que o benefício é gerado, a partir da data de disponibilização do ativo intangível para uso e contabilizada em Outras Despesas Administrativas - Amortização (Nota Explicativa nº 15d). A vida útil e o valor residual desses ativos, quando aplicável, é revisado anualmente ou quando há alterações significativas nas premissas utilizadas.

### Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros - Imparidade

A Companhia avalia no mínimo anualmente se há alguma indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização. Se houver alguma indicação, a Companhia deve estimar o valor recuperável do ativo que é o maior entre: i) seu valor justo menos os custos para vendê-lo; e ii) o seu valor em uso.

Se o valor recuperável do ativo for menor que o seu valor contábil, o ativo é reduzido ao seu valor recuperável por meio de uma provisão para perda por imparidade, que é reconhecida na Demonstração do Resultado em Outras Despesas Administrativas ou Outras Despesas Operacionais, de acordo com a natureza do ativo.

### Metodologias aplicadas na avaliação do valor recuperável dos principais ativos não financeiros:

**Intangível:** *Softwares* e licenças de uso - os *softwares* desenvolvidos internamente de acordo com as necessidades do Conglomerado fazem parte da política de investimento para modernização e adequação às novas tecnologias e necessidades dos negócios. Em razão de não haver similares no mercado, bem como do alto custo para se implantar métricas que permitam o cálculo do seu valor em uso, o teste de recuperabilidade dos *softwares*, assim como das licenças de uso, consiste em avaliar a sua utilidade para a empresa de forma que, sempre que um *software* ou licença não atinja a geração de benefícios econômicos futuros previstos pela Administração, ajusta-se o valor recuperável do ativo intangível.

As perdas registradas no resultado para ajuste ao valor recuperável desses ativos, quando houver, são demonstradas nas respectivas Notas Explicativas.

### Benefícios a empregados

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação de benefícios a empregados de curto e longo prazo são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados, aprovado pela Resolução CMN nº 4.424/2015. Em consonância com o regime de competência, o pronunciamento requer que a entidade reconheça um passivo em contrapartida do resultado do período quando o colaborador presta serviço em troca de benefícios a serem pagos no futuro.

A Companhia possui um programa de remuneração variável elegível aos seus diretores e empregados. Os valores a serem pagos atualizados de acordo com o período de carência (de um a no máximo quatro anos) e com as características de cada benefício são registrados em "Outras obrigações diversas" - Provisão para pagamentos a efetuar" em contrapartida à rubrica de "Despesas de pessoal - Proventos". Detalhes do programa estão divulgados na Nota Explicativa nº 20.

Os depósitos são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do Balanço, reconhecidos em base *pro rata die*.

### Tributos

Os tributos, incluindo os incidentes sobre a receita, são apurados com base nas alíquotas demonstradas no quadro a seguir:

Tributos	Alíquotas vigentes
Imposto de Renda (15% + adicional de 10%)	25%
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL (1)	20%
PIS/PASEP (2)	0,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS (2)	4%
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN (2)	De 2% a 5%

(1) A alíquota aplicada às empresas financeiras de 01 de setembro de 2015 a 31 de dezembro de 2018 foi de 20%. Em janeiro de 2019 a alíquota voltou a ser de 15%.

(2) Tributos incidentes sobre a receita. Os ativos fiscais diferidos (créditos tributários) e os passivos fiscais diferidos são constituídos pela aplicação das alíquotas vigentes dos tributos sobre suas respectivas bases. No caso de alteração da legislação tributária que modifique critérios e alíquotas a serem adotados em períodos futuros, os efeitos são reconhecidos imediatamente com base nos critérios e alíquotas aplicáveis ao período em que cada parcela do ativo será realizada ou do passivo liquidada. Para constituição, manutenção e baixa dos ativos fiscais diferidos são observados os critérios estabelecidos pela Resolução CMN nº 3.059/2002, alterados pelas Resoluções CMN nº 3.355/2006 e CMN nº 4.192/2013, e estão suportados por estudo de capacidade de realização.

### Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/2009 (Nota Explicativa nº 21).

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, uma vez que pode tratar-se de resultado que nunca venha a ser realizado. Porém, quando a realização do ganho é praticamente certa, então o ativo relacionado não é um ativo contingente e o seu reconhecimento é realizado nas Demonstrações Contábeis.

Os passivos contingentes são reconhecidos nas Demonstrações Contábeis quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados nas Notas Explicativas, e os classificados como remotos não requerem provisão e divulgação.

Com base em prognósticos de perda avaliados pela Administração, a Companhia constitui provisão para as demandas de natureza trabalhista, fiscal e cível. Para os processos judiciais de natureza trabalhista, a apuração do volume de provisão é realizada por meio de avaliações jurídicas e modelos estatísticos. Já para processos judiciais de natureza fiscal, o valor provável de perda é estimado através da avaliação de assessores jurídicos (método individualizado). Para as causas cíveis consideradas semelhantes e usuais, e cujo valor não seja considerado relevante, a apuração do volume de provisão é realizada por meio de modelo estatístico com base na perda observada no histórico de ações encerradas de mesmas características (método massificado).

Para as causas de natureza cível não usuais, ou cujo valor seja considerado relevante, o valor provável de perda é estimado através da avaliação de assessores jurídicos (método individualizado).

A avaliação de prognósticos de perda leva em conta a probabilidade de desembolsos da entidade para cada elemento processual e pode incorrer em alto grau de julgamento quanto maior for a incerteza existente.

As obrigações legais são processos judiciais relacionados a obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da probabilidade de sucesso dos processos judiciais em andamento, tem os seus montantes reconhecidos integralmente nas Demonstrações Contábeis.

### Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidas em base *pro rata die* e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos em base *pro rata die*.

### CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31.12.2019	31.12.2018
Disponibilidades em moeda nacional	9.066	12.514
Disponibilidades em moeda estrangeira	7.776	11.068
<b>Total</b>	<b>1.290</b>	<b>1.446</b>
<b>Total</b>	<b>9.066</b>	<b>12.514</b>

### TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

#### a) Títulos e Valores Mobiliários - TVM

##### a.1) Composição da carteira por categoria, tipo de papel e prazo de vencimento

	31.12.2019								31.12.2018									
	Valor de Mercado		Total		Marcação		Valor de Mercado		Total		Marcação		Valor de Mercado		Total			
	Sem vencimento	31 a 180	Acima de 360	Valor de custo	Valor de mercado	Marcação	Valor de custo	Valor de mercado	Marcação	Sem vencimento	31 a 180	Acima de 360	Valor de custo	Valor de mercado	Marcação			
<b>Vencimento em Dias</b>	<b>21.038</b>	<b>10.020</b>	<b>564.502</b>	<b>548.008</b>	<b>595.560</b>	<b>47.552</b>	<b>1.263.799</b>	<b>1.335.312</b>	<b>71.513</b>	<b>21.038</b>	<b>10.020</b>	<b>441.816</b>	<b>405.019</b>	<b>451.836</b>	<b>46.817</b>	<b>1.260.590</b>	<b>1.332.794</b>	<b>72.204</b>
<b>Títulos disponíveis para venda</b>																		
<b>Títulos públicos</b>																		
Letras Financeiras do Tesouro	-	10.020	-	-	10.020	-	14.127	14.128	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Letras do Tesouro Nacional	-	-	-	-	-	-	295.036	309.515	14.479	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Notas do Tesouro Nacional	-	-	441.816	394.999	441.816	46.817	951.427	1.009.151	57.724	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Títulos privados</b>	<b>21.038</b>	<b>-</b>	<b>122.686</b>	<b>142.989</b>	<b>143.724</b>	<b>735</b>	<b>3.209</b>	<b>2.518</b>	<b>(691)</b>	<b>21.038</b>	<b>-</b>	<b>122.686</b>	<b>142.989</b>	<b>143.724</b>	<b>735</b>	<b>3.209</b>	<b>2.518</b>	<b>(691)</b>
Cotas de fundos de investimentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>2 - Títulos mantidos até o vencimento</b>																		
<b>Títulos públicos</b>																		
Notas do Tesouro Nacional	-	-	581.892	574.396	581.892	7.496	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total (1+2)	<b>21.038</b>	<b>10.020</b>	<b>1.146.394</b>	<b>1.122.404</b>	<b>1.177.452</b>	<b>55.048</b>	<b>1.263.799</b>	<b>1.335.312</b>	<b>71.513</b>									

##### a.2) Composição da carteira por rubricas de publicação e prazo de vencimento

	31.12.2019								31.12.2018									
	Valor de Mercado		Total		Marcação		Valor de Mercado		Total		Marcação		Valor de Mercado		Total			
	Sem vencimento	31 a 180	Acima de 360	Valor de custo	Valor de mercado	Marcação	Valor de custo	Valor de mercado	Marcação	Sem vencimento	31 a 180	Acima de 360	Valor de custo	Valor de mercado	Marcação			
<b>Vencimento em Dias</b>	<b>21.038</b>	<b>10.020</b>	<b>1.146.394</b>	<b>1.122.404</b>	<b>1.177.452</b>	<b>55.048</b>	<b>1.263.799</b>	<b>1.335.312</b>	<b>71.513</b>	<b>21.038</b>	<b>10.020</b>	<b>1.146.394</b>	<b>1.122.404</b>	<b>1.177.452</b>	<b>55.048</b>	<b>1.263.799</b>	<b>1.335.312</b>	<b>71.513</b>
<b>Por carteira</b>																		
Carteira própria	21.038	-	851.672	821.090	872.710	51.672	999.338	1.058.565	59.227	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Vinculados à prestação de garantias	-	10.020	294.722	301.314	304.742	3.428	264.461	276.747	12.286	-	-	-	-	-	-	-	-	-

##### a.3) Composição da carteira por categoria e prazo de vencimento em anos

	31.12.2019								31.12.2018									
	Valor de Mercado		Total		Marcação		Valor de Mercado		Total		Marcação		Valor de Mercado		Total			
	Sem A vencer em 1 e 5 anos	A vencer entre 5 e 10 anos	A vencer entre 10 e 15 anos	Valor de custo	Valor de mercado	Marcação	Valor de custo	Valor de mercado	Marcação	Sem A vencer em 1 e 5 anos	A vencer entre 5 e 10 anos	A vencer entre 10 e 15 anos	Valor de custo	Valor de mercado	Marcação			
<b>Vencimento em Anos</b>	<b>21.038</b>	<b>10.020</b>	<b>1.023.708</b>	<b>77.229</b>	<b>45.457</b>	<b>1.122.404</b>	<b>1.177.452</b>	<b>1.263.799</b>	<b>1.335.312</b>	<b>21.038</b>	<b>10.020</b>	<b>441.816</b>	<b>77.229</b>	<b>45.457</b>	<b>548.008</b>	<b>595.560</b>	<b>1.263.799</b>	<b>1.335.312</b>
<b>Por categoria</b>																		
Títulos disponíveis para venda	21.038	10.020	1.023.708	77.229	45.457	1.122.404	1.177.452	1.263.799	1.335.312	21.038	10.020	441.816	77.229	45.457	548.008	595.560	1.263.799	1.335.312
Títulos mantidos até o vencimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>21.038</b>	<b>10.020</b>	<b>1.023.708</b>	<b>77.229</b>	<b>45.457</b>	<b>1.122.404</b>	<b>1.177.452</b>	<b>1.263.799</b>	<b>1.335.312</b>	<b>21.038</b>	<b>10.020</b>	<b>441.816</b>	<b>77.229</b>	<b>45.457</b>	<b>548.008</b>	<b>595.560</b>	<b>1.263.799</b>	<b>1.335.312</b>

##### a.4) Resumo da carteira por rubricas de publicação

	31.12.2019								31.12.2018									
	Valor Contábil		Valor Contábil		Total		Valor Contábil		Total		Valor Contábil		Total					
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total			
<b>Por carteira</b>	<b>31.058</b>	<b>1.138.898</b>	<b>1.169.956</b>	<b>5.949</b>	<b>1.329.363</b>	<b>1.335.312</b>	<b>31.058</b>	<b>1.138.898</b>	<b>1.169.956</b>	<b>5.949</b>	<b>1.329.363</b>	<b>1.335.312</b>	<b>31.058</b>	<b>1.138.898</b>	<b>1.169.956</b>	<b>5.949</b>	<b>1.329.363</b>	<b>1.335.312</b>
Carteira própria	21.038	847.604	868.642	1.275	1.057.290	1.058.565	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Vinculados à prestação de garantias	10.020	291.294	301.314	4.674	272.073	276.747	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

##### a.5) Resumo da carteira por categoria

	31.12.2019				31.12.2018										
	Valor de Mercado		Total		Valor de Mercado		Total								
	Sem vencimento	31 a 180	Acima de 360	Valor de custo	Valor de mercado	Sem vencimento	31 a 180	Acima de 360	Valor de custo	Valor de mercado					
<b>Por Categoria</b>	<b>21.038</b>	<b>10.020</b>	<b>1.146.394</b>	<b>1.122.404</b>	<b>1.177.452</b>	<b>21.038</b>	<b>10.020</b>	<b>1.146.394</b>	<b>1.122.404</b>	<b>1.177.452</b>	<b>21.038</b>	<b>10.020</b>	<b>1.146.394</b>	<b>1.122.404</b>	<b>1.177.452</b>
1 - Títulos disponíveis para venda	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2 - Títulos mantidos até o vencimento	-	-	-	-	-										



# BV FINANCEIRA S.A. - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

CNPJ 01.149.953/0001-89

Avenida das Nações Unidas, nº 14.171, Torre A, 12º andar, Vila Gertrudes, São Paulo - (SP), Brasil, CEP 04794-000

continuação

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

f) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa	2º Semestre/2019		Exercício/2019		Exercício/2018	
	Saldo inicial	Reforço/(reversão) (1)	Saldo inicial	Reforço/(reversão) (1)	Saldo inicial	Reforço/(reversão) (1)
	2.507.196	2.380.236	2.286.077	2.226.077	1.324.650	2.395.610
Reforço/(reversão) (1)	1.324.650	2.395.610	1.799.130	1.799.130	(891.808)	(1.835.808)
Saldo para prejuízo	3.831.846	4.775.846	4.085.207	4.025.207	(1.644.971)	(4.131.618)
<b>Saldo final</b>	<b>2.940.038</b>	<b>2.940.038</b>	<b>2.286.077</b>	<b>2.286.077</b>	<b>2.940.038</b>	<b>2.286.077</b>

(1) Contempla o efeito do fim da adoção da contagem em dobro sobre os intervalos em atraso de operações de crédito, conforme descrito na Nota 3h.

g) Concentração das operações de crédito	31.12.2019	% da carteira	31.12.2018	% da carteira
Maior devedor	2.536	0,01%	1.938	0,01%
10 Maiores devedores	11.062	0,03%	11.373	0,03%
20 Maiores devedores	17.164	0,04%	17.849	0,05%
50 Maiores devedores	30.953	0,07%	30.938	0,08%
100 Maiores devedores	47.894	0,11%	46.489	0,12%

h) Informações sobre cessões de crédito  
h.1) Cessões com coobrigação  
Foram realizadas transferências de ativos financeiros (operações de crédito), com retenção substancial dos riscos e benefícios para partes relacionadas.

	31.12.2019		31.12.2018	
	Ativo financeiro	Passivo referente à obrigação assumida (1)	Ativo financeiro	Passivo referente à obrigação assumida (1)
Instituições financeiras - Partes relacionadas	3.896.287	4.494.033	5.209.834	5.913.555
<b>Total</b>	<b>3.896.287</b>	<b>4.494.033</b>	<b>5.209.834</b>	<b>5.913.555</b>

(1) Registrado na rubrica Outras obrigações - Diversas - Obrigações de operações vinculadas às cessões (Nota 14b).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, as receitas com venda ou transferência de ativos financeiros da Companhia totalizaram R\$ 997.370 (R\$ 1.421.460 no exercício findo em 31 de dezembro de 2018) e as despesas com obrigação por operações com essas mesmas características totalizaram R\$ 501.887 (R\$ 798.642 no exercício findo em 31 de dezembro de 2018).

h.2) Cessões sem coobrigação de créditos anteriormente baixados como prejuízo  
No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, as receitas com cessões sem coobrigação de créditos anteriormente baixados como prejuízo totalizaram R\$ 93.082, as quais foram reconhecidas no resultado do período em "Receitas de operações de crédito" (no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, não houve cessões com essa característica).

i) Movimentação dos créditos renegociados	2º Semestre/2019	Exercício/2019	Exercício/2018
Montante de créditos renegociados no período (1)	918.430	1.698.678	2.625.201
Renegociados por atraso (2)	244.537	484.057	481.081
Renovados (3)	673.893	1.214.621	2.144.120

j) Movimentação dos créditos renegociados por atraso	31.12.2019	31.12.2018
Saldo inicial	359.892	305.599
Contratações (2)	244.538	481.081
(Recebimento) e apropriação de juros	(72.630)	(146.184)
Baixa para prejuízo	(134.282)	(307.761)
<b>Saldo final</b>	<b>397.518</b>	<b>332.735</b>

k) Movimentação dos créditos renegociados por atraso	31.12.2019	31.12.2018
Por atraso	273.975	237.325
(%) PDD sobre a carteira renegociada por atraso	68,92%	71,33%
Inadimplência após 90 dias de atraso da carteira renegociada	295.065	262.511
(%) Inadimplência sobre a carteira renegociada por atraso	74,23%	78,89%

(1) Representa o montante renegociado no período das operações de crédito, vincendas ou em atraso.

(2) Créditos renegociados no período para composição de dívidas em virtude de atraso no pagamento pelos clientes.

(3) Créditos renegociados de operações não vincendas para prorrogação, renovação, concessão de nova operação para liquidação parcial ou integral de operação anterior ou qualquer outro tipo de acordo que implique alteração nos prazos de vencimento ou nas condições de pagamento originalmente pactuadas.

## 11. INTANGÍVEL

a) Movimentação e composição	31.12.2018				Exercício/2019				31.12.2019					
	Saldo contábil	Aquisição	Amortização	Imparidade (1)	Valor de custo	Amortização Acumulada	Imparidade acumulada	Saldo contábil	Saldo contábil	Aquisição	Amortização	Imparidade (1)	Valor de custo	
Licenças de uso	4.672	26.148	(4.350)	-	80.847	(54.377)	-	26.470	4.672	26.148	(4.350)	-	80.847	
Acordos por direitos de comercialização	750	10.192	(9.630)	-	21.966	(20.654)	-	1.312	750	10.192	(9.630)	-	21.966	
Softwares adquiridos	760	5	(423)	-	2.781	(2.439)	-	342	760	5	(423)	-	2.781	
Softwares desenvolvidos internamente	38.547	10.963	(8.670)	(4.053)	58.207	(17.181)	(4.239)	36.787	38.547	10.963	(8.670)	(4.053)	58.207	
Marcas e patentes	-	-	-	-	1.000	-	(1.000)	-	-	-	-	-	-	1.000
<b>Total</b>	<b>44.729</b>	<b>47.308</b>	<b>(23.073)</b>	<b>(4.053)</b>	<b>164.801</b>	<b>(94.651)</b>	<b>(5.239)</b>	<b>64.911</b>	<b>44.729</b>	<b>47.308</b>	<b>(23.073)</b>	<b>(4.053)</b>	<b>164.801</b>	

(1) Efeito decorrente da mudança no modelo de desenvolvimento de softwares aplicado na Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, que passou a seguir o método ágil. Com a modificação, que produziu maior granularidade de iniciativas de tecnologia, a Companhia reavaliou os critérios de reconhecimento desses ativos intangíveis, de forma a preservar a mensuração com confiabilidade dos gastos ativados e respectivos benefícios econômicos futuros ao longo do tempo.

Esse efeito é apresentado no resultado na linha Resultado não operacional - Desvalorização de outros valores e bens.

b) Estimativa de amortização em 31 de dezembro de 2019	2020	2021	2022	2023	2024	A partir de 2025	Total
Valores a amortizar	13.251	11.596	11.596	10.763	5.204	-	64.911

## 12. DEPÓSITOS E CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO

a) Depósitos	31.12.2019	31.12.2018
Depósitos Interfinanceiros	37.271.426	31.660.887
Total	<b>37.271.426</b>	<b>31.660.887</b>

Passivo circulante 20.084.443 15.735.931

Passivo não circulante 17.186.983 15.924.956

## b) Segregação de depósitos por prazo de exigibilidade

	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	31.12.2019	31.12.2018
Depósitos Interfinanceiros	11.525.904	8.558.539	17.186.983	37.271.426	31.660.887
<b>Total</b>	<b>11.525.904</b>	<b>8.558.539</b>	<b>17.186.983</b>	<b>37.271.426</b>	<b>31.660.887</b>

## c) Despesas com operações de captação no mercado

	2º Semestre/2019	Exercício/2019	Exercício/2018
Depósitos interfinanceiros	(1.145.498)	(2.323.271)	(2.110.964)
Captações no mercado aberto - Carteira própria	-	-	(3.248)
<b>Total</b>	<b>(1.145.498)</b>	<b>(2.323.271)</b>	<b>(2.114.212)</b>

## 13. RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS

	31.12.2019	31.12.2018
Transações de pagamento	1.642.008	1.377.426
Cartões de crédito	1.642.008	1.377.426
<b>Total</b>	<b>1.642.008</b>	<b>1.377.426</b>

## 14. OUTRAS OBRIGAÇÕES

### a) Fiscais e previdenciárias

	31.12.2019	31.12.2018
Provisão para impostos e contribuições sobre lucros	148.214	45.727
Passivo fiscal diferido (Nota 18d)	30.529	135.976
Impostos e contribuições a recolher	54.168	50.687
<b>Total</b>	<b>232.911</b>	<b>232.390</b>

Passivo circulante 230.821 230.327

Passivo não circulante 2.090 2.063

### b) Diversas

	31.12.2019	31.12.2018
Obrigações de operações vinculadas a cessões (Nota 6h.1) (1)	4.494.033	5.913.555
Obrigações por aquisição de bens e direitos	-	337
Provisão para pagamentos a efetuar	279.017	255.931
Provisões para demandas cíveis (Nota 21e1)	247.579	277.137
Provisões para demandas fiscais (Nota 21e1)	42.445	37.685
Provisões para demandas trabalhistas (Nota 21e1)	473.619	742.606
Provisão para perdas - Outros riscos	6.668	8.797
Credores diversos - No País	189.681	140.866
Operações com cartão de crédito	118.176	94.132
Valores a pagar a sociedades ligadas	47.207	41.181
Provisão para reestruturações	2.793	7.035
<b>Total</b>	<b>5.901.218</b>	<b>7.519.262</b>

Passivo circulante 3.728.050 4.739.225

Passivo não circulante 2.173.168 2.780.037

(1) Refere-se a obrigações por operações de venda ou de transferência de ativos financeiros com retenção substancial de riscos e benefícios.

(2) Inclui obrigações legais.

## 15. OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS

### a) Receitas de prestação de serviços

	2º Semestre/2019	Exercício/2019	Exercício/2018
Transações de cartão de crédito	66.715	125.988	104.835
Comissão de corretagem de seguros	13.066	25.950	26.218
Outros serviços	143	561	2.937
<b>Total</b>	<b>79.924</b>	<b>152.499</b>	<b>133.990</b>

### b) Rendas de tarifas bancárias

	2º Semestre/2019	Exercício/2019	Exercício/2018
Confecção de cadastro	235.831	450.437	423.367
Avaliação de bens	171.953	328.333	294.810
Rendas de cartão de crédito	48.017	102.348	151.094
<b>Total</b>	<b>455.801</b>	<b>881.118</b>	<b>869.271</b>

### c) Despesas de pessoal

	2º Semestre/2019	Exercício/2019	Exercício/2018
Honorários, pró labore e outros benefícios (Nota 19)	(5.334)	(10.615)	(7.689)
Benefícios	(48.204)	(94.655)	(91.009)
Encargos sociais	(11.810)	(57.299)	(110.224)
Proventos	(188.183)	(354.566)	(350.956)
Demandas trabalhistas	(141.696)	(240.200)	(179.971)
Treinamentos	(7.002)	(8.727)	(4.099)
Previdência privada complementar	(2.760)	(4.258)	-
<b>Total</b>	<b>(404.989)</b>	<b>(770.320)</b>	<b>(743.948)</b>

### d) Outras despesas administrativas

	2º Semestre/2019	Exercício/2019	Exercício/2018
Água, energia e gás	(1.758)	(3.750)	(3.724)
Aluguéis	(18.154)	(36.539)	(36.503)
Comunicações	(23.573)	(47.795)	(60.991)
Manutenção e conservação de bens	(5.431)	(10.731)	(12.958)
Material	(659)	(1.840)	(2.986)
Processamento de dados	(103.566)	(179.937)	(170.511)
Promoções e relações públicas	(9.750)	(14.821)	(11.520)
Propaganda e publicidade	(31.651)	(45.333)	(42.959)
Publicações	(20)	(163)	(1.147)
Seguros	(1.747)	(3.481)	(2.965)
Serviços do sistema financeiro	(57.034)	(102.934)	(83.788)
Serviços de terceiros	(4.261)	(8.360)	(13.530)
Serviços de vigilância e segurança	(607)	(1.020)	(787)
Serviços técnicos especializados	(220.183)	(420.082)	(375.918)
Transportes	(4.814)	(10.616)	(13.310)
Viagens	(4.689)	(7.832)	(6.737)
Emolumentos judiciais e cartorários	(45.974)	(83.325)	(77.554)
Amortização	(11.548)	(23.073)	(19.839)
Depreciação	(5.051)	(10.631)	(11.955)
Outras (1)	(70.477)	(130.067)	(71.797)
<b>Total</b>	<b>(620.953)</b>	<b>(1.142.330)</b>	<b>(1.021.509)</b>

(1) Contempla os efeitos do convênio para rateio/ressarcimento de despesas e custos diretos e indiretos celebrados com a controladora.

### e) Outras receitas operacionais

	2º Semestre/2019	Exercício/2019	Exercício/2018
Atualização de depósitos em garantia	12.395	22.198	32.648
Varição monetária ativa	12.571	20.021	7
Reversão de provisão para perdas - Outros riscos	(423)	11.625	110
Resarcimento de custos operacionais	7.770	15.207	20.410
Recuperação de encargos e despesas	6.727	10.840	12.268
Outras	3.890	6.915	4.354
<b>Total (1)</b>	<b>42.380</b>	<b>86.806</b>	<b>69.863</b>

(1) Receitas e despesas de mesma natureza são apresentadas pelo montante líquido apurado em cada período.

## Títulos disponíveis para venda

	Saldo inicial	Movimentação	Efeito tributário	Saldo final	Saldo inicial	Movimentação	Efeito tributário	Saldo final
BV Financeira	42.905	4.720	(1.888)	45.737	26.791	22.797	(6.683)	42.905
<b>Total</b>	<b>42.905</b>	<b>4.720</b>	<b>(1.888)</b>	<b>45.737</b>	<b>26.791</b>	<b>22.797</b>	<b>(6.683)</b>	<b>42.905</b>

## j) Informações complementares

	31.12.2019	31.12.2018
Créditos contratados a liberar	2.530.143	2.229.470
<b>2º Semestre/2019</b>	<b>Exercício/2019</b>	<b>Exercício/2018</b>
Montante de créditos recuperados, anteriormente baixados como prejuízo (1)	251.158	477.427
(1) Registrado no resultado na linha de Receitas de Intermediação Financeira - Receitas de Operação de Crédito, conforme Resolução CMN nº 2.836/2001.		

## 7. OUTROS CRÉDITOS - DIVERSOS

	31.12.2019	31.12.2018
Ativo fiscal diferido - Crédito tributário (Nota 18e)	2.670.580	3.115.636
Devedores diversos - No País	69.643	72.578
Devedores por depósitos em garantia - Contingências (Nota 21g)	496.129	493.105

# BV FINANCEIRA S.A. - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

CNPJ 01.149.953/0001-89

Avenida das Nações Unidas, nº 14.171, Torre A, 12º andar, Vila Gertrudes, São Paulo - (SP), Brasil, CEP 04794-000

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

atrelado ao desempenho da organização no horizonte de tempo.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, foram reconhecidos no resultado em Despesas de Pessoal - Proventos da Companhia R\$ 14.909 (R\$ 16.247 no exercício findo em 31 de dezembro de 2018) em relação às transações de incentivos de longo prazo. Os incentivos geralmente tornam-se de direito entre um e no máximo quatro anos contados da data da concessão, cuja liquidação ocorre em espécie.

Na Companhia, ocorreram os seguintes pagamentos aos colaboradores referentes aos Programas de Remuneração de Longo Prazo:

Na Companhia, ocorreram os seguintes pagamentos aos colaboradores referentes aos Programas de Remuneração de Longo Prazo:

Ano do Programa	Exercício/2019	Exercício/2018
2013	-	2.210
2014	3.067	2.449
2015	2.195	2.355
2016	2.661	548
2017	1.328	-
<b>Total</b>	<b>9.251</b>	<b>7.562</b>

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia registrou na rubrica Outras obrigações - Diversas - Provisão para pagamentos a efetuar no montante de R\$ 34.049 (R\$ 31.471 em 31 de dezembro de 2018).

O valor da ação virtual é calculado, no mínimo, trimestralmente com base nos resultados da Companhia e dos registros efetuados diretamente em contas do Patrimônio Líquido seguindo premissas contábeis vigentes. No valor do referido Patrimônio Líquido as movimentações não recorrentes são avaliadas individualmente e submetidas ao Comitê de Remuneração para deliberação quanto à sua exclusão ou não do cálculo do Patrimônio Líquido base para a valorização da ação virtual.

### Movimentação de ações virtuais

Quantidade inicial	2º Semestre/2019	Exercício/2019	Exercício/2018
Novas/Atualizações	2.963.023	6.426.498	6.348.484
Pagas	209.394	595.310	1.781.763
Canceladas	-	(1.530.911)	(1.703.749)
<b>Quantidade final</b>	<b>3.172.417</b>	<b>3.172.417</b>	<b>6.426.498</b>

Além dos benefícios previstos em acordo coletivo da categoria, a Companhia ainda oferece outros benefícios, dentre os quais destacamos o plano de previdência privada.

Em março de 2019, entrou em vigor o plano de previdência privada de contribuição definida, nas modalidades PGBL (Plano Gerador de Benefícios Livres) e VGBL (Vida Gerador de Benefícios Livres), onde a Companhia, na qualidade de patrocinador contribui para formação do montante a ser revertido em renda complementar de aposentadoria pós-emprego. Este novo plano foi aprovado pelo Conselho de Administração em 06 de dezembro de 2018.

O programa de previdência privada tem como objetivo (i) reforçar o vínculo de longo prazo; (ii) conscientização do planejamento financeiro; e (iii) complementar a renda na aposentadoria.

### 21. PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES, OBRIGAÇÕES LEGAIS - FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

**a) Ativos contingentes**  
Não são reconhecidos ativos contingentes nas Demonstrações Contábeis, em conformidade com a Resolução CMN nº 3.823/2009.

**b) Ações trabalhistas**  
A Companhia é parte passiva (réu) em processos judiciais trabalhistas movidos, na grande maioria, por ex-empregados. As provisões de perdas prováveis representam vários pedidos reclamados, como: indenizações, horas extras, descaracterização de jornada de trabalho, adicional de função e representação e outros.

**c) Ações fiscais**  
A Companhia está sujeita em fiscalizações realizadas pelas autoridades tributárias - a questionamentos com relação a tributos, que podem eventualmente gerar autuações, como por exemplo: composição da base de cálculo do IRPJ/CSLL (dedutibilidade), e discussão quanto à incidência de tributos, quando da ocorrência de determinados fatos econômicos. A maioria das ações oriundas das autuações versa sobre ISSQN, IRPJ, CSLL, PIS/COFINS, IOF e Contribuições Previdenciárias Patronais. Como garantia de algumas delas, quando necessário, existem depósitos judiciais para suspensão da exigibilidade dos tributos em discussão.

**d) Ações de natureza civil**  
Referem-se, basicamente, a ações indenizatórias cujas naturezas são: contestação do custo efetivo total dos contratos pactuados; revisão das condições e encargos contratuais; e tarifas.

**e) Provisões para demandas fiscais, civis e trabalhistas - Prováveis**  
A Companhia constitui provisões para demandas fiscais, civis e trabalhistas com risco de perda provável, quantificada utilizando metodologia individualizada ou massificada, de acordo com a natureza e/ou valor do processo.

As estimativas do desfecho e do efeito financeiro são determinadas pela natureza das ações, pelo julgamento da Administração da Companhia, por meio da opinião dos assessores jurídicos com base nos elementos do processo, complementadas pela complexidade e pela experiência de demandas semelhantes.

A Administração da Companhia considera ser suficiente a provisão constituída para atendimento às perdas decorrentes de demandas fiscais, civis e trabalhistas.

### e.1) Movimentações nas provisões para demandas fiscais, civis, trabalhistas classificadas como prováveis

	2º Semestre/2019	Exercício/2019	Exercício/2018
<b>Demandas fiscais</b>			
Saldo inicial	28.241	30.622	28.549
Constituições	5.333	10.510	2.884
Reversão da provisão	(823)	(5.418)	(3.101)
Baixa por pagamento	(443)	(3.662)	(49)
Atualizações	622	878	2.339
<b>Saldo final</b>	<b>32.930</b>	<b>32.930</b>	<b>30.622</b>

**Demandas civis**

	2019	2018	2017
Saldo inicial	267.609	277.137	294.254
Constituições	32.164	63.353	166.267
Reversão da provisão	(26.047)	(46.521)	(164.483)
Baixa por pagamento	(45.932)	(81.531)	(64.693)
Atualizações <sup>(1)</sup>	19.785	35.141	45.798
<b>Saldo final</b>	<b>247.579</b>	<b>247.579</b>	<b>247.137</b>

**Demandas trabalhistas**

	2019	2018	2017
Saldo inicial	648.215	742.606	808.466
Constituições	152.425	240.939	225.915
Reversão da provisão	(76.404)	(130.170)	(115.278)
Baixa por pagamento	(270.118)	(424.241)	(288.007)
Atualizações	19.501	44.485	111.510
<b>Saldo final</b>	<b>473.619</b>	<b>473.619</b>	<b>742.606</b>

**Total das demandas trabalhistas, fiscais e civis**

	2019	2018	2017
<b>Total das demandas trabalhistas, fiscais e civis</b>	<b>754.128</b>	<b>754.128</b>	<b>1.050.365</b>

<sup>(1)</sup> Contempla atualizações monetárias e efeitos de remensuração de "preços unitários", que compõem metodologia de cálculo de perdas.

<sup>(2)</sup> Em Agosto de 2018 novas variáveis foram incorporadas ao modelo de avaliação massificado proporcionando maior precisão na mensuração de riscos.

### e.2) Cronograma esperado de desembolsos em 31 de dezembro de 2019

	Fiscais	Cíveis	Trabalhistas
Até 5 anos	1.131.365	247.579	473.619
De 5 a 10 anos	20.240	-	-
<b>Total</b>	<b>32.930</b>	<b>247.579</b>	<b>473.619</b>

O cenário de incerteza de duração dos processos, bem como a possibilidade de alterações na jurisprudence dos tribunais, tornam incertos os valores e o cronograma esperado de saídas.

### f) Passivos contingentes - Possíveis

Os montantes evidenciados no quadro abaixo representam a estimativa do valor que possivelmente será desembolsado em caso de condenação da Companhia. As demandas são classificadas como possível quando não há elementos seguros que permitam concluir o resultado final do processo e quando a probabilidade de perda é inferior à provável e superior à remota.

**Saldos dos passivos contingentes classificados como possíveis**

	31.12.2019	31.12.2018
Demandas fiscais <sup>(1)</sup>	1.131.365	656.655
Demandas civis <sup>(2)</sup>	130.951	112.091
Demandas trabalhistas <sup>(3)</sup>	115.334	231.411
<b>Total</b>	<b>1.377.850</b>	<b>1.000.157</b>

<sup>(1)</sup> Referem-se basicamente:

**Descrição das causas possíveis - Fiscais**

	31.12.2019	31.12.2018
INSS sobre PLR	383.725	318.429
IRPJ - FINOR	-	34.760
ISS	12.753	9.763
IPVA (terceiros)	139.772	41.969
Multa não homologação PER/DCOMP	68.154	88.095
Perdas com renegociações: indedutibilidade IRPJ/CSLL - Dedução PDD 2014	116.522	111.216
Outras causas	300.429	-
<b>Total</b>	<b>1.101.010</b>	<b>52.424</b>

<sup>(2)</sup> Referem-se, basicamente, às ações de cobrança.

<sup>(3)</sup> Referem-se a processos movidos, na grande maioria, por ex-empregados, cuja natureza das reclamações envolve indenizações, horas extras, descaracterização de jornada de trabalho, adicional de função e representação e outros.

### g) Depósitos em garantia de recursos

	31.12.2019	31.12.2018
Demandas fiscais	46.289	35.359
Demandas civis	167.567	173.118
Demandas trabalhistas	282.273	284.628
<b>Total</b>	<b>496.129</b>	<b>493.105</b>

**h) Obrigações legais**  
A Companhia mantém registrado em contas específicas de Obrigação Legal o montante de R\$ 9.915 (R\$ 7.063 em 31 de dezembro de 2018).

As principais ações referem-se a: i) Ação Declaratória visando à declaração da inexistência de relação jurídico-tributária que obrigue a autora à apuração e ao recolhimento da contribuição ao Seguro contra Acidentes de Trabalho - SAT mediante aplicação do Fator Acidentário de Proteção - FAP, a partir de janeiro de 2010, cujo montante provisionado é de R\$ 2.612 (R\$ 2.530 em 31 de dezembro de 2018); e ii) Liminar em Mandado de Segurança visando a dedução com a despesa de ISS da base de cálculo do PIS e da COFINS, no montante de R\$ 6.902 (R\$ 3.789 em 31 de dezembro de 2018).

Outra ação refere-se ao PIS LC 07/70.

**i) Ações civis públicas**  
A Companhia possui contingências passivas envolvendo ações civis públicas em que, baseado na análise das assessorias jurídicas e/ou avaliação dos advogados internos, o risco de perda é considerado possível. Dependendo do estágio em que se encontram, a mensuração dos montantes envolvidos dessas ações não pode ser determinada com exatidão, tendo em vista que a possibilidade de perda depende da habilitação dos clientes interessados na ação.

Entre os temas discutidos, podemos destacar as ações envolvendo cobrança de tarifas, crédito consignado para aposentados e pensionistas do INSS e CDC (Crédito Direto ao Consumidor).

### 22. GERENCIAMENTO DE RISCOS E DE CAPITAL

**a) Processo de gestão de riscos**  
A abordagem integrada para gestão de riscos compreende a adoção de instrumentos que permitem a consolidação e controle dos riscos relevantes incorridos pelo Conglomerado. Esta abordagem tem por objetivo organizar o processo de identificação e de controle dos mecanismos de controle de níveis de riscos e compatíveis com o volume de Capital disponível, em linha com a estratégia de negócio adotada.

• Risco de Crédito;  
• Risco de Crédito da Contraparte;  
• Risco de Concentração de Crédito;  
• Risco de Mercado;  
• Risco de Variação das Taxas de Juros da Carteira Bancária (RBAN);  
• Risco de Liquidez;  
• Risco Operacional;  
• Risco de Reputação;  
• Risco de Estratégia;  
• Risco de Socioambiental;  
• Risco de Modelos;  
• Risco de Conformidade; e  
• Risco de Contágio.

A consolidação dos riscos abrange as exposições relevantes inerentes às linhas de negócio do Conglomerado, agrupados principalmente nas seguintes categorias de riscos: de mercado, de liquidez, de crédito e operacional. Esta consolidação é feita através de processo estruturado que compreende o mapeamento, a apuração e a totalização dos valores em risco.

Os níveis de exposição a riscos são monitorados por meio de uma estrutura de limites de risco, que são incorporados às atividades diárias do Conglomerado, através de um processo estruturado de gestão e de controle, atribuindo responsabilidades funcionais às áreas envolvidas. O envolvimento da Alta Administração se dá no acompanhamento e na execução das ações necessárias à gestão dos riscos.

A estrutura de governança para gestão de riscos e capital abrange a totalidade do Conglomerado Prudencial e é composta, além das respectivas equipes e diretores responsáveis por riscos e por ALM (Asset Liability Management), também por fóruns colegiados, internos e corporativos, formalmente organizados e com delegação de alçadas. Cada órgão de governança tem papel, escopo e composição definidos em normativos, que orientam sobre as regras, responsabilidades e limites de acordo com as estratégias do negócio e cenários de mercado. Os principais fóruns são:

• O Comitê de Controles e Riscos e o Comitê de ALM e Tributos são os fóruns internos de gerenciamento de riscos e capital da administração. Adicionalmente, o Comitê Executivo (ComEx) tem por atribuição o acompanhamento geral de tais temas.

• O Comitê de Riscos e de Capital (CRC) tem por função assessorar o Conselho de Administração, em conformidade com a Resolução nº 4.557 do Bacen, na elaboração da estratégia de alocação de capital do Conglomerado, na observação da aplicação da declaração de apetite por riscos (RAS) e no monitoramento de riscos e capital, além de coordenar suas atividades com o Comitê de Auditoria (COAUD), a fim de facilitar a troca de informações, os ajustes necessários à estrutura de governança de riscos e de capital e garantir o efetivo tratamento dos riscos a que o Conglomerado está exposto.

O apetite de riscos consiste na declaração do risco que a Instituição está disposta a aceitar para atingir os seus objetivos, e é monitorado por meio de indicadores e seus respectivos limites. A declaração do apetite de riscos aprovada pelo Conselho de Administração reflete a expectativa da Alta Administração e norteia o planejamento estratégico e o orçamento, permeando a Instituição. A partir desta declaração, o seu monitoramento ocorre por meio de um dashboard constituído por indicadores e limites que são acompanhados mensalmente nas alçadas competentes, além de ações, monitoramentos complementares e projetos específicos.

Em linha ao estabelecido pela Resolução nº 4.557 do Conselho Monetário Nacional (CMN), a Instituição dispõe de estruturas e políticas institucionais para o gerenciamento dos riscos aprovados pelo Conselho de Administração. Os princípios básicos observados na gestão e controle foram estabelecidos de acordo com a regulamentação vigente e práticas de mercado.

Adicionalmente, ressalta-se que a Instituição realiza o Processo Interno de Avaliação da Adequação de Capital (ICAAP), em linha com a Resolução CMN nº 4.557, Circular Bacen nº 3.911 e Carta-Circular Bacen nº 3.907, e o respectivo relatório é disponibilizado ao Bacen anualmente, abrangendo o plano de capital, teste de estresse, plano de contingência de capital e gestão e avaliação da necessidade de capital frente aos riscos relevantes a que a Instituição está exposta, entre outros temas.

Abaixo estão descritas as definições dos principais riscos do Conglomerado e, mais detalhes sobre o tema, podem ser observados no Relatório de Gestão de Riscos e Capital, disponível no website [www.bancobv.com.br/ri](http://www.bancobv.com.br/ri), em conformidade com a Circular nº 3.678/2013 e nº 3.716/2014 do BACEN.

**b) Risco de crédito**  
Risco de crédito é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas a:

• Não cumprimento pela contraparte (o tomador de recursos, o garantidor ou o emissor de título ou valor mobiliário adquirido), de suas obrigações nos termos pactuados;

• Desvalorização, redução de remunerações e ganhos esperados em instrumentos financeiros decorrentes da deterioração da qualidade creditícia da contraparte, do interveniente ou do instrumento mitigador;

• Reestruturação de instrumentos financeiros; e

• Custos de recuperação de exposições de ativos problemáticos.

**c) Risco de liquidez**  
Risco de liquidez é definido como:

• A possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e

• Possibilidade de a instituição não conseguir negociar a preço de mercado, uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

**d) Risco operacional**  
Risco operacional é definido como a possibilidade da ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas.

Esta definição inclui o Risco Legal associado a inadequações ou deficiências em contratos firmados pela Companhia, às sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e às indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pelo Conglomerado. Entre os eventos de risco operacional, incluem-se:

• Fraudes internas e externas;

• Demandas trabalhistas e segurança deficiente do local de trabalho;

• Práticas inadequadas relativas a clientes, produtos e serviços;

• Danos a ativos físicos próprios ou em uso pela Companhia;

• Falhas em sistemas, processos ou infraestrutura de tecnologia da informação (TI);

• Falhas na execução, no cumprimento de prazos ou no gerenciamento das atividades pela Companhia.

**e) Risco de mercado**  
Risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas financeiras decorrentes da flutuação nos valores de mercado de exposições detidas por uma Instituição Financeira. Estas perdas financeiras podem ser incorridas em função do impacto produzido pela variação de fatores de risco, tais como taxas de juros, paridades cambiais, preços de ações e de commodities, entre outros.

**e.1) Determinação do valor justo dos instrumentos financeiros**  
Títulos e valores mobiliários: Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de "negociação" e "disponível para venda" são contabilizados pelo seu valor de mercado, a partir da coleta de informações de mercado e utilização de metodologias padronizadas de marcação a mercado, geralmente baseadas no método de fluxo de caixa descontado. Para o cálculo do valor justo, as técnicas supracitadas também são aplicadas para os títulos classificados na categoria "mantidos até o vencimento".

**Operações de crédito:** As operações de crédito alocadas em programas de Hedge Accounting, do tipo hedge de risco de mercado, são contabilizadas pelo seu valor de mercado. Para as demais operações, considerou-se o valor contábil como aproximação equivalente do valor justo.

**Depósitos:** Para as operações de depósitos a prazo, utilizou-se para o cálculo do valor justo os valores de fluxo futuro descontados considerando as taxas de mercado vigentes. Para os depósitos à vista, considerou-se como valor justo o próprio valor contábil.

**Captações no mercado aberto:** Para as captações em taxas pós-fixadas, considerou-se o valor contábil como aproximação equivalente ao valor justo. Para as operações pré-fixadas, utilizou-se para o cálculo do valor justo os valores de fluxo futuro descontados considerando as taxas de mercado vigentes.

**f) Risco Socioambiental**  
O risco socioambiental é definido como a possibilidade de perda (financeira ou de reputação) em função de danos socioambientais.

A gestão de risco socioambiental deve observar a legislação ambiental aplicável, bem como avaliar e monitorar os aspectos socioambientais com os quais o cliente esteja envolvido, a fim de identificar, mensurar e mitigar os riscos de crédito, legal e de reputação decorrentes de eventos socioambientais inerentes às atividades de seus clientes. O gerenciamento de risco socioambiental no Conglomerado visa subsidiar a tomada de decisão das áreas competentes durante os processos de concessão de crédito, avaliação de garantias imobiliárias e homologação de fornecedores.

Os procedimentos de gerenciamento de risco socioambiental durante a concessão de crédito são realizados através de metodologias de análise que determinam o Rating Socioambiental, inserido no processo de atribuição do Rating de Crédito.

O Conglomerado é signatário dos Princípios do Equador, iniciativa global que estabelece diretrizes para a identificação, avaliação, e gestão de riscos ambientais e sociais em Project Finance (em operações acima de US\$ 10 milhões) e financiamentos corporativos destinados a projetos. Estas diretrizes ainda estipulam um padrão mínimo para a realização da devida diligência durante a implantação destes empreendimentos e auxiliam a tomada de decisão de crédito.

**g) Gerenciamento de Capital**  
A gestão do Capital no Conglomerado é realizada com o objetivo de garantir a adequação aos limites regulatórios e o estabelecimento de uma base sólida de capital que viabilize o desenvolvimento dos negócios e operações de acordo com o plano estratégico do Conglomerado.

Em linha com a Resolução nº 4.557 do Conselho Monetário Nacional (CMN), e Circular nº 3.846 do BACEN, o Conglomerado dispõe de estrutura e políticas institucionais para o gerenciamento do capital, aprovado pelo Conselho de Administração, em consonância com o Processo Interno de Avaliação da Adequação de Capital (ICAAP), contemplando os seguintes itens:

• Gestão de capital por meio de processo contínuo de planejamento, avaliação, controle e monitoramento do capital necessário para fazer frente aos riscos relevantes;

• Políticas e estratégias documentadas;

• Fóruns específicos para compor estratégias e efetuar a gestão do uso do Capital;

• Plano de Capital para três anos, abrangendo metas e projeções de Capital, principais fontes de captação e plano de contingência de Capital;

• Testes de estresse e seus impactos no Capital;

• Relatórios gerenciais para a Alta Administração (Diretoria e Conselho de Administração);

• Avaliação de Suficiência de Capital na Visão Regulatória e Econômica; e

• Relatório ao regulador relativos à gestão de capital, por meio do Demonstrativo de Limites Operacionais e Relatório Anual do ICAAP.

**Suficiência de Capital (visão Regulatória)**  
A gestão do capital na instituição é realizada com o objetivo de garantir a adequação aos limites regulatórios e o estabelecimento de uma base sólida de Capital que viabilize o desenvolvimento dos negócios e operações de acordo com o plano estratégico da instituição.

Visando a avaliação da suficiência de capital para fazer frente aos riscos associados e ao cumprimento dos limites operacionais regulatórios, a instituição elabora anualmente um plano de Capital considerando as projeções de crescimento da carteira de empréstimos e demais operações e ativos.

Mensalmente após a apuração do Patrimônio de Referência (PR) e do Capital Exigido, são divulgados relatórios gerenciais de acompanhamento do Capital alocado para riscos e os índices de capitais (Baseleia, Nível I e Principal) para as áreas envolvidas.

**Índices de Capital**  
Os índices de capital são apurados segundo os critérios estabelecidos pelas Resoluções CMN nº 4.192 e nº 4.193, que tratam do cálculo do Patrimônio de Referência (PR) e do Patrimônio de Referência Mínimo Requerido (PRMR) em relação aos Ativos Ponderados pelo Risco (RWA), respectivamente, sendo eles:

• Índice de Baseleia (PR/RWA);

• Índice de Capital Principal (Capital Principal/RWA);

• Índice de Nível I (Nível I/RWA).

A partir de 1º de outubro de 2015, entrou em vigor a Circular nº 3.748, que dispõe sobre a metodologia para a apuração da Razão de Alavancagem (RA). Esta circular está alinhada com as recomendações contidas nos documentos de Baseleia III, divulgadas com o objetivo de aperfeiçoar a capacidade de as instituições financeiras absorverem choques provenientes do próprio sistema financeiro ou dos demais setores da economia, propiciando a manutenção da estabilidade financeira.

A Razão de Alavancagem (RA), conforme estabelecido na circular, é definida pela razão do Nível I sobre a Exposição Total do Conglomerado. O limite mínimo da Razão de Alavancagem (RA) é de 3%, conforme Resolução nº 4.615 do Conselho Monetário Nacional.

A Resolução CMN nº 4.192/2013 define os seguintes itens referentes aos ajustes prudenciais deduzidos de forma integral do Patrimônio de Referência desde janeiro de 2018:

(i) ações pagas na aquisição de investimentos com fundamento em expectativa de rentabilidade futura líquidas de passivos fiscais diferidos;

(ii) ativos intangíveis constituídos a partir de outubro de 2013;

(iii) ativos atenuais relacionados a fundos de pensão de benefício definido líquidos de passivos fiscais diferidos a eles associados;

(iv) participação de não controladores;

(v) investimentos, diretos ou indiretos, superiores a 10% do capital social de entidades assemelhadas a instituições financeiras, não consolidadas, e de sociedades seguradoras, resseguradoras, sociedades de capitalização e entidades abertas de previdência complementar (investimentos superiores);

(vi) créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias que dependam de geração de lucros ou receitas tributárias futuras para sua realização;

(vii) créditos tributários de prejuízo fiscal de superveniência de depreciação;

(viii) créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais e de base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido. A partir de 31 de dezembro de 2018, o Conglomerado passou a considerar os efeitos da aplicação da Resolução CMN nº 4.680/2017, que autorizou às instituições financeiras a deixarem de deduzir do Capital Principal (na proporção de no mínimo 50% até 30.06.2020 e 100% até 31.12.2020) os créditos tributários de prejuízos fiscais decorrentes de posição vendida em moeda estrangeira realizada com o objetivo de proporcionar hedge para sua participação em investimentos no exterior.

O escopo de consolidação utilizado como base para a verificação dos limites operacionais considera o Conglomerado Prudencial, a partir de 01 de janeiro de 2015, definido na Resolução CMN nº 4.280/2013. Em 31 de dezembro de 2019, o Índice de Solvabilidade (Baseleia) do Conglomerado Prudencial foi de 15,10% (15,74% em 31 de dezembro de 2018).

Em atendimento a Circular nº 3.678/2013 e nº 3.716/2014 do BACEN, o Conglomerado mantém informações adicionais de seu processo de gestão de riscos e capital disponibilizadas no website: [www.bancobv.com.br](http://www.bancobv.com.br).

### 23. OUTRAS INFORMAÇÕES

**a) Cobertura de seguros**  
A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

**Seguros vigentes em 31 de dezembro de 2019**